

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

CAPÍTULO 6

Comunidades indígenas e tradicionais

Assurini-Terra Indígena Trocará

Atuação indigenista

A maior do país

Desenvolvemos ações de engajamento com comunidades indígenas e tradicionais nas áreas de influência de nossos empreendimentos. Essas iniciativas devem levar em consideração **questões étnicas e linguísticas**, buscando estabelecer um **diálogo permanente com os envolvidos**, com o objetivo de traçar relações de confiança mútua, mitigar e remediar impactos.

Temos relacionamento com

45 terras indígenas

Investimos em projetos e ações voluntárias com foco no desenvolvimento de comunidades tradicionais e povos indígenas.

R\$ 14 milhões em 2023

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

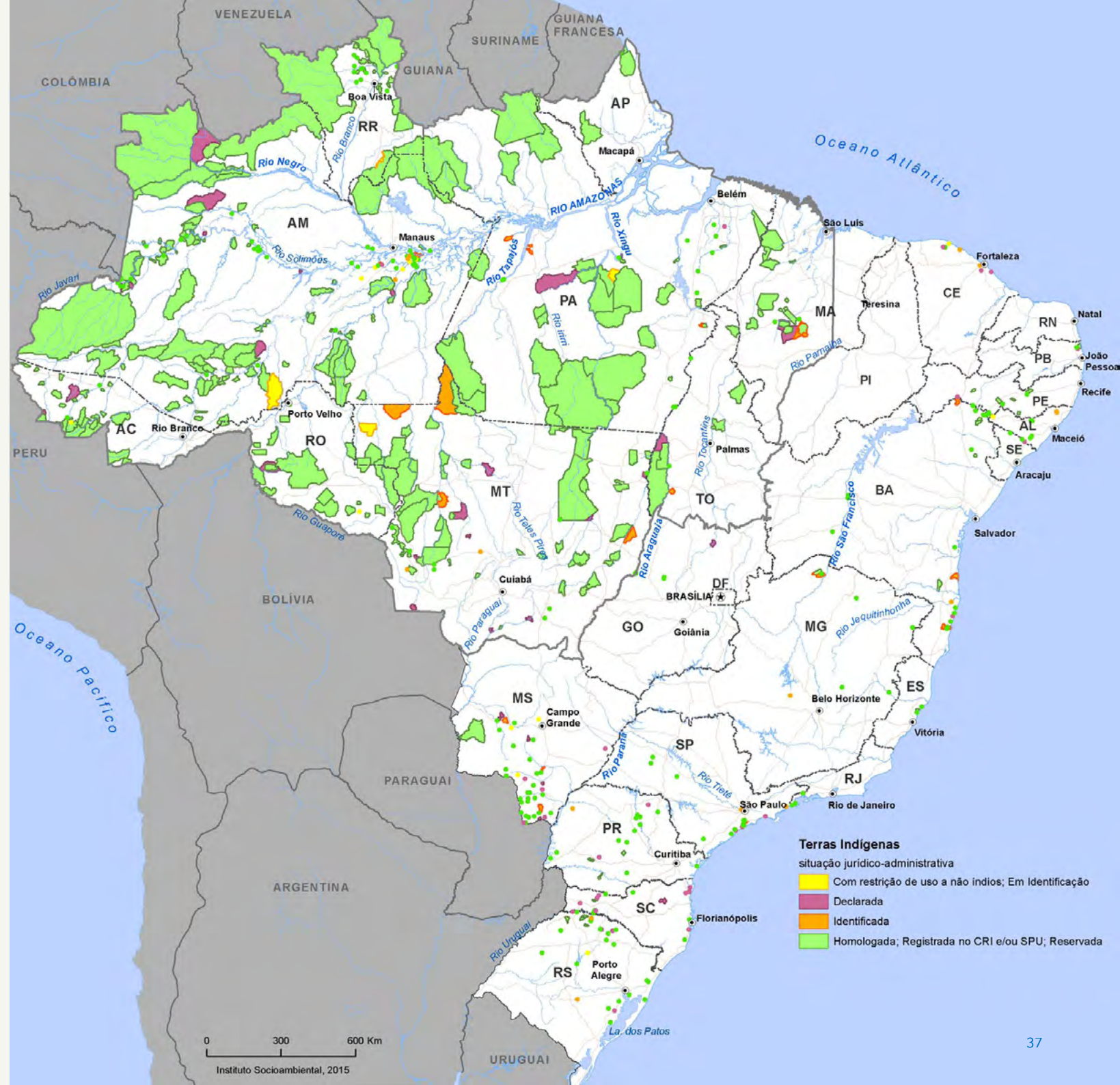
Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Compromissos e ferramentas de gestão

Durante a elaboração dos estudos ambientais de cada um dos empreendimentos, identificamos os possíveis impactos em comunidades tradicionais – como as quilombolas e indígenas.

Nesses casos, são realizados estudos específicos, que precisam ser avaliados e aprovados por órgãos do governo federal (FUNAI e INCRA) habilitados a definir e monitorar programas socioambientais que possam contribuir para a preservação da identidade cultural e os modos de vida desse público, levando em consideração questões étnicas e linguísticas, e buscando estabelecer relações de confiança mútua.)

A [Política Ambiental das Empresas Eletrobras](#) adota como referência a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito de comunidades indígenas e tradicionais à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em casos de medidas que possam impactá-las.

Como parte de nossa estratégia de atuação, trabalhamos principalmente por meio de Planos Básicos Ambientais - Componente Indígena (PBAI-CI), elaborados e geridos por uma equipe de

profissionais, com a participação das comunidades indígenas. Assim, identificamos os problemas e tomamos medidas para mitigá-los ou compensá-los. Estamos trabalhando também na construção de um procedimento interno para a realização de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

Conheça ao longo deste capítulo os principais cases de ações socioambientais realizadas junto às comunidades tradicionais e indígenas.

Em nosso [site](#), também apresentamos informações detalhadas sobre todas as ações junto a esse público.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Case

Santo Antônio Energia

Em 2023, passamos a controlar a SPE Madeira Energia (MESA). A empresa é a única acionista de Santo Antônio Energia S/A (SAESA), que opera a hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no Rio Madeira — a quarta maior geradora de energia hídrica do país.

Em dez anos de operação, a Santo Antônio Energia já investiu mais de R\$ 2,5 bilhões em sustentabilidade, apoiando o desenvolvimento de 28 programas socioambientais, com o objetivo de mitigar possíveis impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica.

Além disso, foram pagos R\$ 762,6 milhões em *royalties* desde o início de sua operação até o final de 2022, distribuídos entre o estado de Rondônia (25%), o município de Porto Velho (RO) (65%) e a União (10%).

Em sua operação, a SAESA atende às ações estabelecidas no seu Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), apoiando e desenvolvendo iniciativas voltadas à proteção territorial, produção, sustentabilidade, fortalecimento étnico e valorização cultural.

As ações são auditadas externamente por consultores Independentes para verificação do atendimento aos Princípios do Equador e aos Padrões de Sustentabilidade da International Finance Corporation (IFC).

Atualmente, a Santo Antônio Energia aguarda manifestação da Funai sobre a continuidade do PBA- CI, para contratação de serviços relacionados aos povos isolados e definição das ações.

Em reunião realizada em dezembro de 2023, foi definido que a Funai irá encaminhar para a SAE o Plano de Trabalho referente aos povos indígenas isolados para contratação de empresa especializada neste escopo.

Em 2024, a Funai visitou as comunidades indígenas para explicar os encaminhamentos para atualização dos programas.

A UHE Santo Antônio se relaciona e promove o desenvolvimento junto a 4 etnias e a povos indígenas isolados:

» **Karitiana**

» **Karipuna**

» **Cassupá**

» **Salamã**

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

Case

UHE Serra da Mesa

Desde 1994, a Eletrobras Furnas executa ações de monitoramento e proteção territorial na Terra Indígena (TI) Avá-Canoeiro, nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, em Goiás.

Essas ações fazem parte das compensações ambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa em parte da TI.

Entre os benefícios esperados estão a garantia da proteção territorial e ambiental da TI e o usufruto exclusivo de seus recursos naturais, impedindo o ingresso de pessoas desautorizadas.

Em 2023, o monitoramento e as rondas diárias trouxeram benefícios como:



Redução no número de não indígenas que intencionam entrar na TI;



Inibição de novas invasões e ocupações ilegais, bem como da retirada de recursos naturais;



Aumento dos avistamentos de espécies da fauna local circulando nas áreas próximas às margens dos córregos que banham a TI, como onças, tamanduás, lobos-guarás, pacas, cotias, veados, tatus, jabutis, seriemas, capivaras e outros;



Ações planejadas de “fogo controlado” executadas por agentes do PREV-Fogo/Ibama em locais onde foram detectados focos de incêndio, o que evitou a expansão do fogo e protegeu a biodiversidade local.

Em 2023, apoiamos ainda o processo para internação do cacique Trumak, líder indígena de grande relevância para a comunidade, apoiando a conexão da aldeia à rede elétrica.

A linha UHE Serra da Mesa, da Eletrobras Furnas, ocupa parte dos 38 mil hectares da Terra Indígena Avá-Canoeiro, nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, em Goiás.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

Case

Linha de transmissão Ivaiporã/Itaberá

O projeto Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos à Terra Indígena de Queimadas, localizada no município de Ortigueira (PR) e cortada pela linha de transmissão Ivaiporã/Itaberá 1 e 2, da Eletrobras Furnas.

Por meio dele, apoiamos ações antecipatórias durante o licenciamento e a elaboração do diagnóstico e do plano para mitigar e compensar os impactos causados pela instalação das linhas de transmissão na região.

Entre 2022 e 2023, o projeto promoveu a construção de uma cozinha comunitária, de um espaço multiúso e de um centro poliesportivo com vestiário, arquibancada e área de convivência no território da população indígena Kaingang.

A comunidade foi envolvida em um processo participativo para a escolha das ações a serem implementadas, por meio de um acordo estabelecido entre Eletrobras, Ministério Público e Funai.

A implementação dos espaços de socialização comunitária contribui para o fortalecimento da identidade étnico-cultural dos Kaingang, beneficiando 785 moradores da comunidade.

Além disso, realizamos a doação de cestas básicas e materiais de higiene pessoal, auxiliando na promoção da segurança alimentar e saúde da população.

Em 2023, iniciamos as tratativas para a realização de mais um projeto na comunidade, que pretende utilizar as infraestruturas entregues para iniciativas de resgate cultural, qualificação profissional e segurança alimentar.



A linha de transmissão Ivaiporã/Itaberá 1 e 2, da Eletrobras Furnas, passa pela Terra Indígena Queimadas, da etnia Kaingang, no município de Ortigueira (PR).

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

Case

UHE Jirau

A Usina Hidrelétrica de Jirau, localizada no rio Madeira, em Rondônia, é uma das maiores hidrelétricas do Brasil. Com uma capacidade instalada de 3.750 MW, a usina é um empreendimento estratégico para o sistema energético nacional, contribuindo significativamente para a geração de energia renovável e sustentável.

A Funai aprovou em dezembro de 2023 o Plano de Trabalho para o Componente Indígena do PBA (PBA-CI) da UHE Jirau, que tem o objetivo de levar benefícios socioambientais, culturais e econômicos para as populações das quatro Terras Indígenas (TIs) impactadas, apoiando o uso racional dos recursos naturais relacionados aos costumes de dieta alimentar, ciclos rituais e à saúde indígena.

As ações têm sido implantadas e bem recebidas pelos povos indígenas, que responderam aos convites e participaram das ações de forma engajada. Os resultados podem ser monitorados por meio dos relatórios anuais enviados aos órgãos licenciadores.

Para 2024, os protocolos desses relatórios estão em revisão interna para melhor acompanhamento do PBA-CI.

A UHE Jirau já investiu R\$ 36 milhões ao longo da execução do programa realizado junto a esses povos, com:

 **Ações orientativas;**

 **Construção de infraestrutura adequada de Postos de Vigilância;**

 **Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI);**

 **Escolas Indígenas;**

 **Doações de equipamentos e veículos.**

A Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau está localizada a mais de 100 quilômetros de distância das:

Terras Indígena (TIs)

Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão, território do povo Oro Wari

TI Kaxarari,

território do povo Kaxarari

TI Uru Eu Wau Wau,

território dos povos Jupau, Amondawa, Oro Win

Povos indígenas

isolados

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Case

Usina Hidrelétrica Belo Monte

A Eletrobras Eletronorte e a Eletrobras CHESF detêm quase metade do capital da Norte Energia, consórcio responsável pela gestão do Complexo de Belo Monte. **A Usina ocupa uma área de aproximadamente 5 milhões de hectares na bacia do Rio Xingu, no Pará, tendo relacionamento com nove etnias, 11 terras e uma área indígena. Ao todo, 4.800 indígenas são impactados pelas ações.**

As consultas e discussões com os povos do Xingu para implantação do projeto da UHE Belo Monte, ocorreram ao longo de mais de 40 anos. Na primeira década dos anos 2000, o projeto foi revisado a fim de que nenhuma terra indígena fosse inundada, sendo autorizada sua implantação.

A execução das obrigações de licenciamento conta com o acompanhamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à qual enviamos, semestralmente, relatórios sobre as ações. Por meio de auditoria de monitoramento socioambiental independente, a cada trimestre são divulgados relatórios ao BNDES, à Caixa Econômica Federal e ao BTG Pactual que também tratam do cumprimento das obrigações, sob a ótica do atendimento aos Princípios do Equador.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

O Plano Básico Ambiental do Componente Indígena contém 27 pacotes de trabalho com compromissos voltados aos povos indígenas do Médio Xingu, em temas como subsistência indígena, conservação e proteção territorial, educação e saúde, apoio à produção artística e cultural, infraestrutura nas aldeias e comunicação.

Entre os principais mecanismos de escuta, esclarecimento e prestação de contas criados no processo de licenciamento ambiental para interação entre o empreendedor e os povos indígenas estão as reuniões do Comitê Gestor Indígena, que ocorrem em Altamira (PA), e as reuniões dos 10 subcomitês, que ocorrem nas terras indígenas.

Além disso, foi instalada uma rede de radiofonia que conta atualmente com mais de 115 rádios nas terras indígenas e Altamira (PA), e instalação de 78 antenas satelitais para disponibilização de internet, que ampliaram os canais de comunicação.

Em 2023, A UHE Belo Monte realizou estudos ambientais e iniciativas sociais por meio de:



realização de mais de 250 reuniões com as comunidades locais;



4 audiências públicas com 8 mil participantes;



maquetes, cartazes, folders e cartilhas para esclarecer a população local sobre a implantação do empreendimento, além de transmissões por rádio semanais;



reuniões nas aldeias, para apresentação do projeto da UHE Belo Monte junto às lideranças indígenas.

A Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte ocupa uma área de aproximadamente 5 milhões de hectares na bacia do Rio Xingu, no Pará, tendo relacionamento com nove etnias, 11 terras e uma área indígena. Ao todo, 4.800 indígenas são impactados pelas ações.

Usina Hidrelétrica Belo Monte – Programa Kayapó Mekrãgnoti

Em consequência do compromisso assumido no licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte da Eletrobras Eletronorte, desde 2012, apoiamos projetos de responsabilidade socioambiental junto a comunidades indígenas Kayapó das terras indígenas Badjõnkore, Baú, Kayapó, Las Casas e Mekrãgnoti, situadas na bacia do médio rio Xingu, sul do Pará.

Em 2023, demos continuidade à nossa participação no projeto com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, no sul do Pará, contemplando cerca de 1.500 indígenas e dez aldeias.

Esse projeto é realizado em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e o Instituto Kabu, que representa os chamados Kayapó do Oeste, a instituição representativa dos Kayapó.

Entre os resultados da ação estão o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras, a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas, o fomento a atividades econômicas sustentáveis e a valorização cultural da etnia Kayapó.

Os projetos são financiados pela Norte Energia, com um investimento total de R\$ 11 milhões entre 2018 e 2023. Cabe à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da companhia.

Ainda em 2023, a Associação Floresta Protegida (AFP) foi contratada pela Eletrobras para liderar um processo participativo de renovação do terceiro ciclo de projetos voltados para as comunidades Kayapó do Leste.

Esse novo ciclo sucede à conclusão do segundo, ocorrido em 2019. O objetivo é engajar ativamente as 39 aldeias associadas e beneficiadas pelo trabalho da associação, colaborando em múltiplos estágios para a concepção detalhada de um novo plano. O projeto abrangerá a definição de ações específicas, um cronograma minucioso, indicadores de progresso, metas tangíveis e alocação orçamentária, sendo executado ao longo de um período total de cinco anos.

[Sumário](#)[Apresentação](#)[Gestão do impacto](#)[Deslocamento de populações](#)[Atendimento a emergências](#)[Engajamento das comunidades](#)[Comunidades indígenas e tradicionais](#)[Projetos socioambientais](#)

Usina Hidrelétrica Balbina- Programa Waimiri Atroari

O Programa Waimiri Atroari foi criado em 1987 pela Eletrobras Eletronorte com o objetivo de gerar valor e mitigar os impactos do reservatório da UHE Balbina nas terras do povo Waimiri Atroari, que habita o norte do Amazonas e sul de Roraima.

Em seu início, o Programa encontrou os Waimiri Atroari enfrentando sérias dificuldades, com um processo de redução significativo da população: eram aproximadamente 1.500 em 1974 e em 1987 estavam reduzidos a 374 pessoas.

Como parte das ações de minimização dos danos causados pelo reservatório, indenizamos os Waimiri Atroari pelos valores correspondentes às suas roças, que estavam na área de influência direta, independentemente de terem sido inundadas ou não.

Os Waimiri Atroari também foram indenizados para formação de novas roças, construção de novas aldeias e pelo desmatamento necessário à construção de um dique de proteção do reservatório, dentro da área indígena. Além disso, também custeamos o

apoio necessário à alteração das aldeias Tapupunã e Taquari e à construção de novos Postos Indígenas, em substituição aos atingidos pelo reservatório (Pin Taquari e Pin Abonari).

O programa é composto por uma equipe multidisciplinar formada por técnicos da Funai, da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, do Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM), da Universidade do Amazonas e da Eletrobras. Suas ações estão divididas em oito subprogramas:

Subprograma de Educação

Subprograma de Apoio a Produção

Subprograma de Proteção Ambiental

Subprograma de Saúde

Subprograma de Vigilância

Subprograma de Administração

Subprograma de Documentação e Memória

Subprograma de Apoio Operacional

Em 2023, foram investidos R\$ 9,9 milhões no Programa Waimiri.

Ao longo do ano, a Eletrobras Eletronorte em parceria com a Cepel e a Enertech, desenvolvedora e investidora em energia limpa, iniciaram a implantação de um contêiner modular, que incorpora painéis solares para geração de energia e armazenamento por baterias na comunidade Waimiri Atroari.

O acesso à energia na comunidade apoiará a melhoria na qualidade de vida, a ampliação de atividades produtivas, culturais e educacionais, além de demonstrar novos caminhos para a expansão da energia renovável no país.

A construção da UHE Balbina impactou na relocação de duas aldeias da área do reservatório para outra parte da terra indígena, com reflexo nas áreas de uso de outras aldeias existentes, devido à inundação de 30.000 ha da Terra Indígena Waimiri Atroari.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais


Linhas de Transmissão Manaus-Boa Vista

Por meio da participação de 49% da Eletronorte na SPE Transnorte Energia (TNE), atuamos na construção da Linha Transmissão Manaus – Boa Vista, que irá conectar Roraima, único estado brasileiro que ainda não integra o Sistema Interligado Nacional (SIN), dando uma fonte segura de fornecimento de energia elétrica de qualidade para o estado e diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis.


Elaboramos um Plano Básico Ambiental, aprovado pelo Ibama, que prevê programas ambientais para potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos na Terra Indígena Waimiri Atroari.

Os programas ambientais e procedimentos operacionais e construtivos foram debatidos com a comunidade indígena e aprovados pela Funai e Ibama, visando assegurar que o impacto seja o menor possível na vida, na rotina e na terra dos Waimiri Atroari.


Dentre as ações para redução de impacto, destacamos:




As torres construídas no trecho serão alteadas (cerca de 100 metros de altura) e autoportantes, de forma que os cabos condutores permaneçam acima da copa das árvores, minimizando a supressão vegetal;




O lançamento dos cabos será feito com o uso de drones, sempre que possível;




Não haverá canteiros ou alojamentos no interior da área e as torres serão pré-montadas e transportadas para dentro na instalação;




As refeições dos trabalhadores serão preparadas fora da área indígena e nenhum lixo será depositado ali;




Haverá limitação de horário de trabalho e treinamentos em meio ambiente e regras de conduta na TI para todos os trabalhadores;




Os locais para a instalação das torres de transmissão foram definidos em conjunto com as lideranças indígenas, em um trabalho participativo;




A faixa de servidão da linha de transmissão dentro da TI (70 m de largura nos 122 km de traçado) corresponde a somente 0,033% de sua área total;



Não haverá supressão vegetal ou abertura de faixas e nem impedimento da realização das atividades regulares de agricultura, caça e pesca;



Serão implantadas placas bilíngues, em português e kinja iara (língua Waimiri Atroari) nas áreas de obras dentro da TI;



O Plano Básico Ambiental Componente Indígena (PBA-CI) já está em andamento, com programas socioambientais e de mitigação de impactos e compensação ao povo Waimiri Atroari.

Nossas equipes socioambientais têm acompanhado e apoiado a realização do Plano, inclusive com ações de *due diligence* de Direitos Humanos.

A Linha de Transmissão é composta por um circuito duplo, três subestações e cerca de 1.400 torres ao longo de 721 km, sendo 122 km dentro da Terra Indígena Waimiri Atroari, paralela à BR-174.

Usina Hidrelétrica Tucuruí

Programa Assurini

O Programa Assurini foi criado para direcionar o investimento de R\$ 10 milhões à compensação de impactos da implantação da UHE Tucuruí, pela Eletrobras Eletronorte, ao longo de cinco anos, à comunidade indígena Assurini do Tocantins na Terra Indígena Trocará, nos municípios de Baião e Tucuruí, no Pará.

O Programa consiste na implantação de projetos nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, cultura e lazer, apoio à organização social e fortalecimento institucional, ocupação territorial, vigilância e monitoramento, geração de renda e segurança alimentar. Em 2023, foram investidos R\$ 225,8 mil.

Um dos destaques foi o Programa de Saneamento Básico, com a implantação de um sistema de abastecimento de água, com uso de energia fotovoltaica, de esgotamento sanitário e do manejo de resíduos sólidos, visando à melhoria da saúde da população e diminuição do impacto ambiental.

Programa Parakanã

Desenvolvemos o Programa como compensação aos impactos ambientais e sociais à comunidade Awaete Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, localizada na área de influência do reservatório da UHE Tucuruí, na bacia do rio Tocantins.

A terra indígena possui 19 aldeias em 351 mil hectares. Em 2023, foram investidos no programa Parakanã R\$ 10,6 milhões.



A Hidrelétrica de Tucuruí é localizada a cerca de 30 quilômetros rio acima da Terra Indígena Trocará e 40 quilômetros rio abaixo da Terra Indígena Parakanã:

TI Trocará

732 habitantes da etnia Assurini do Tocantins, divididos em quatro aldeias, com 21.722 hectares.

TI Parakanã

habitada por cerca de 1.200 indígenas da etnia Parakanã, em 19 aldeias, com área de aproximadamente 351.000 hectares

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

Histórias do povo da floresta: **Cacique Luana Kaingang**

A cacique Luana pertence à população indígena Kaingang, localizada na Terra Indígena Queimadas, no Paraná, que conta com projetos socioambientais da Eletrobras Furnas visando mitigar e compensar os impactos causados pelas linhas de transmissão Ivaiporã/Itaberá 1 e 2, instalada na década de 1980 na região.

Luana foi nomeada cacique em 2023, papel que era tradicionalmente ocupado apenas por homens, se tornando a primeira líder mulher da aldeia.

De acordo com a cacique, a Eletrobras teve participação nesse processo, por meio do Programa de Fortalecimento da Lideranças Indígenas, que

tem como objetivo formar e capacitar lideranças da sociedade civil e qualificar a sua atuação para defender os direitos sociais, ambientais e territoriais dos povos e comunidades tradicionais.

A cacique conta que escuta que as Linhas de Transmissão chegaram na comunidade ainda na época de seus avós e tiveram um impacto nas áreas de roçado.

“O alimento vinha em grande parte desse terreno, onde estão instaladas as linhas de transmissão. Além disso, em tempos passados, havia uma preocupação com a segurança das crianças que circulavam ali” diz.

Hoje, como cacique da aldeia, Luana acompanha os projetos de compensação e mitigação, que se mostram importantes para o desenvolvimento da comunidade. De acordo com Luana, uma das principais contribuições da Eletrobras é apoiar a valorização da cultura indígena, por meio da execução de programas de capacitação.

Segundo a cacique, incentivar a presença feminina tem se mostrado crucial e os treinamentos têm ajudado a fortalecer os espaços de fala e valorização das mulheres. “Antes, só os homens participavam. Agora somos mais reconhecidas”, diz. “Eu não era de falar muito, não sabia dialogar muito bem. Agora estou muito mais participativa, capaz de articular e liderar meu povo”, diz.

Linha de Transmissão Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra (C1 e C2)

Como ação de compensação antecipatória pela Linha de Transmissão, da Eletrobras Eletronorte, implantada nos anos 1970 e em processo de regularização do licenciamento, desenvolvemos Programas de Valorização da Cultura Krikati, Gestão Ambiental e Territorial, Garantia de Segurança Alimentar e Geração de Renda e de Apoio ao Fortalecimento das Organizações Indígenas Krikati.

Atualmente, estamos elaborando o Plano Básico Ambiental - Componente Indígena na comunidade Krikati, que prevê um programa com duração de dez anos para a mitigação dos impactos causados pela implantação e operação da Linhas de Transmissão.

Nesse contexto, aportamos R\$ 1,7 milhão e desenvolvemos um Plano de Trabalho para estabelecer metas e atividades dos Programas.

Como compensação pela construção da Linha de Transmissão, também temos ações em processo de negociação com os indígena previstas na TI Cana Brava e adjacentes (TI Rodeador, TI Lagoa Cumprida e TI Urucu-Juruá), habitadas pelos indígenas Guajajara, no Maranhão, e na TI Mãe Maria, habitadas pelos indígenas Gavião, no Pará.

A Linha de Transmissão Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra (C1 e C2) passa por diversas terras indígenas, envolvidas no Plano Básico Ambiental - Componente Indígena:

Terra Indígena Krikati

nos municípios de Montes Altos e Sítio Novo, no Maranhão, com 145 mil hectares e 1.300 indígenas.

Terra Indígena Cana Brava

localizada nos municípios de Barra do Corda, Grajaú e Jenipapo dos Vieiras, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 518.000 hectares e é habitada por cerca de 10.824 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Rodeador

localizada no município de Barra do Corda, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 2.319 hectares e é habitada por 587 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Lagoa Cumprida

localizada no município de Itaipava do Grajaú, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 12.697 hectares e é habitada por 1.046 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Urucu-Juruá

localizada no município de Itaipava do Grajaú, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 12.697 hectares e é habitada por 1.046 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Mãe Maria

localizada no estado do Pará, é habitada pelos indígenas Gavião.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

Case

Usina Hidrelétrica Teles Pires

Em 2023, a Eletrobras Eletronorte passou a consolidar 100% da operação da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Construída no rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, a usina conduz 18 programas socioambientais junto aos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, dentre os quais destacamos:

Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros

Busca identificar produtos comerciais não madeireiros dentro das Terras Indígenas, projetos pilotos para extração e comercialização, confecção e comercialização de peças de artesanato indígena, visando a geração de renda mais sustentável para as comunidades.

Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas

Capacita as associações Kayabi, Munduruku e Apiaká por meio de cursos e troca de experiências com associações bem-sucedidas, fortalecendo a aliança política entre etnias e potencializando redes entre as associações.

Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento

Mapeia os recursos naturais das áreas utilizadas pelos povos indígenas, com uso de imagens de satélite, e promove de modo participativo o etnozoneamento das áreas abrangidas, definindo os limites e usos prioritários, de acordo com os projetos de futuro das comunidades.

Programa de Educação Ambiental Indígena

Adota metodologias que ampliem a participação indígena nos processos de produção e difusão do conhecimento, apoiando a realização de cursos e oficinas.

Preservação dos rituais religiosos Munduruku

Um dos marcos do ano foi a celebração de um acordo entre a UHE, a Defensoria Pública da União e os representantes Munduruku, possibilitando a realização de cerimônias sagradas nas proximidades da usina, em um local onde vasilhames cerâmicos foram sepultados. Um acordo de cooperação está em fase de elaboração, visando organizar visitas regulares, duas vezes por ano.

A parceria reflete um esforço conjunto para promover o respeito à cultura e tradições do povo Munduruku, reconhecendo a importância de seus rituais sagrados e a necessidade de preservar seus sítios de significado cultural, e promovendo uma coexistência harmoniosa.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

**Comunidades
indígenas e
tradicionais**

Projetos
socioambientais



A Hidrelétrica Teles Pires

A Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no rio Teles Pires, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, tem adjacência com as terras indígenas:

Kayabi

área de aproximadamente 1,1 milhão de hectares, habitada pelos indígenas da etnia Kayabi.

Munduruku

área de 2,4 milhões de hectares, habitada por aproximadamente 14.000 indígenas da etnia Munduruku.

Apiaká

localizadas na região do rio Teles Pires e habitadas pelos povos Apiaká.

Case

Sistema Interligado de Subgrupo Erva Mate

Em 2023, como parte das condicionantes do licenciamento ambiental dos empreendimentos que compõem o Sistema Interligado de Subgrupo Erva Mate, promovemos uma oficina para realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP) no território quilombola Invernada Paiol da Telha, localizado no Município de Reserva do Iguazu (PR).

A realização do diagnóstico constitui a fase inicial dos trabalhos que envolvem execução dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social dos empreendimentos a serem implantados no próximo ano no local.

UTE Candiota III – Fase C

No Município de Candiota (RS), na área de influência da UTE, foi realizado DSAP no Assentamento quilombola Companheiro João Antônio, que pontou a necessidade de elaborar um projeto voltado a fortalecer a organização social da comunidade.

O projeto está sendo implantado através da realização de oficinas e diálogos comunitários e, em 2023 realizamos uma oficina de: “Produtos de limpeza alternativos: uma escolha sustentável”.

Apoio às vítimas da enchente em Santa Rita do Bracuí

Em dezembro a CGT Eletrosul realizou uma ação solidária em resposta à enchente enfrentada pela comunidade do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis (RJ), que sofreu perdas significativas.

A enchente resultou na devastação de casas, automóveis, plantações e criações locais, deixando a comunidade em situação vulnerável. A ação conjunta entre a companhia e a Associação dos Remanescentes de Quilombos Santa Rita do Bracuí consistiu na doação de 220 colchões e 1.000 galões de cinco litros d’água para os moradores, para amenizar os impactos da calamidade. Representantes da Eletrobras estiveram presentes durante a entrega das doações, auxiliando nas necessidades mais urgentes da comunidade.



Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Case

Vulnerabilidade indígena às mudanças climáticas

Durante o *workshop* Climate and Human Rights for Business Practitioners in Brazil, o Cepel apresentou o projeto “Vulnerabilidade socioambiental às mudanças climáticas”, que faz parte do conjunto de projetos institucionais de PD&I da Eletrobras.

O projeto aborda os impactos das mudanças climáticas nas bacias hidrográficas brasileiras e como eles podem afetar a disponibilidade de recursos naturais e a subsistência das comunidades locais, além de agravar os conflitos entre os usuários.

Como parte do projeto, o Cepel desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade Indígena, que permite orientar estratégias integradas de adaptação climática para empresas de energia elétrica que operam próximas a Terras Indígenas.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Case

Projeto Permeiar

O Projeto Permeiar é uma iniciativa da Norte Energia S.A. em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Altamira, no estado do Pará. O projeto tem como objetivo contribuir com o município na implementação da Lei Federal nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de histórias e culturas indígenas na educação básica.

A proposta visa o desenvolvimento de projeto piloto de formação continuada para professores da rede municipal de Altamira (PA) com objetivo de subsidiá-los com conteúdo e discussões elaborados e ministrados por indígenas, que são também professores da rede municipal e que habitam tradicionalmente a região do Médio Xingu.

Por meio do projeto, inédito na região, pretende-se contribuir para a educação étnico-racial, para valorização das histórias, culturas e identidades étnicas dos povos indígenas.

Ao todo, 37 professores da rede municipal concluíram o processo de formação e estão em condições de replicarem os conhecimentos adquiridos com aproximadamente 4.100 alunos das escolas urbanas de Altamira (PA).

A expectativa é que a metodologia seja replicada e se institucionalize em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, tornando-se a semente de um processo de formação étnico-racial na região.